



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



PORTARIA Nº 65/2019 **de 30 de Dezembro de 2019**

| | |
|---|---|
| Câmara Municipal de Brasnorte | |
| Lançado no Livro de: | |
| <input type="checkbox"/> Leis | <input type="checkbox"/> Autôgrafos |
| <input type="checkbox"/> Resoluções | <input checked="" type="checkbox"/> Portarias |
| <input type="checkbox"/> Decreto Legislativo | |
| Sob o nº <u>65</u> / 2019 | |
| Em <u>30/12</u> de 2019 | |
|  | |
| Sec. Geral | |

Aprova a Instrução Normativa SCO 002/2019 que “Dispõe sobre orientações e procedimentos contábeis na geração e consolidação dos demonstrativos contábeis a serem observados pelo Poder Legislativo de Brasnorte, Estado de Mato Grosso”.

O Sr. Gilberto Marcelo Bazzan, Presidente da Câmara Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Brasnorte e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal:

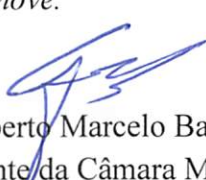
RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovada a Instrução Normativa SCO 002/2019 que dispõe sobre orientações e procedimentos contábeis na geração e consolidação dos demonstrativos contábeis a serem observados pelo Poder Legislativo de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Palácio Vereador Wanderlei José Berté, em Brasnorte, Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Dezembro de Dois Mil e Dezenove.


Gilberto Marcelo Bazzan
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Brasnorte
Publicado por Afixação
Em 30/12/19



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA CONTÁBIL – SCO Nº 002/2019

Versão: 01

Aprovação em: 30 de Dezembro de 2019

Ato de aprovação: Portaria Nº 65/2019

Unidade Responsável: Setor Contábil

DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS NA GERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art.1º Estabelecer normas e procedimentos operacionais estabelecendo rotinas para a formalização da geração e consolidação dos demonstrativos contábeis visando disciplinar os procedimentos operacionais gerados no Setor de Contabilidade.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art.2º Abrange todas as unidades que integram a estrutura organizacional do Poder Legislativo Municipal, principalmente o Setor de Contabilidade.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 3º Para efeito desta Instrução Normativa conceitua-se:

I - Demonstração Contábil: Técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público.

II - Ativo: Compreende os direitos e os bens, tangíveis e intangíveis adquiridos formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro.

III - Passivo: Compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as contingências e provisões.

IV - Patrimônio Líquido: Representa a diferença entre Ativo e o Passivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



V - Consolidação das Demonstrações Contábeis: Processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação formando uma Unidade contábil consolidada.

CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

Art. 4º A base Legal e Regulamentar da Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Gestor Público, no sentido da implantação do Sistema de Controle Interno, sobre o qual dispõem os artigos 31, 70 e seguintes da Constituição Federal, artigo 54, parágrafo único e 59 da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 7 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 269/2007 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado - Resolução n. 001/2007 do Tribunal de Contas do Estado, além da Lei Municipal n. 1.094 de 21 de dezembro de 2007, regulamentada pelo Decreto Legislativo 003/2008, de 30 de outubro de 2008, a qual Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Município de Brasnorte e dá outras providências.

Parágrafo Único. Fundamentado nesses termos e com o intuito de cumprir com os requisitos obrigatórios no ato de formalização da geração e consolidação dos demonstrativos contábeis nos moldes da Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – CFC, Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN - Secretaria do Tesouro Nacional, o Sistema de Controle Interno estabelece a presente Norma Interna na prática de suas atividades:

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º Compete ao responsável pelo Setor de Contabilidade:

- I** - É a unidade responsável pela elaboração e atualização da presente instrução normativa;
- II** - Realizar a geração e a consolidação dos demonstrativos contábeis;
- III** - Encaminhar a prestação de contas aos órgãos competentes;
- IV** - Até aprovação do Tribunal de Contas os demonstrativos contábeis serão mantidos em arquivos do Setor de Contabilidade;
- V** - Acompanhar qualquer alteração na legislação referente à Contabilidade.

Art. 6º Compete a Unidade Central de Controle Interno:

- I** - Prestar apoio técnico por ocasião de atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle.
- II** - Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a esta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



Seção I

Dos Demonstrativos Contábeis que Compõem a Prestação de Contas Anual

Subseção I

Do Balanço Financeiro (anexo 13 da lei 4.320/64)

Art. 7º O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Art. 8º O Balanço Financeiro evidenciará a movimentação financeira da Câmara Municipal de Brasnorte no período a que se refere, e discriminará:

- I - a receita orçamentária realizada;
- II - a despesa orçamentária executada;
- III - os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- IV - as transferências decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
- V - o saldo inicial e o saldo final em espécie.

Subseção II

Balanço Patrimonial (anexo 14 da lei 4.320/64)

Art. 9º O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

I - Ativo: são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

II - Passivo: são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

III - Contas de Compensação: compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio;

IV - Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Art. 10. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Art. 11. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- I - estiverem disponíveis para a realização imediata; e
- II - tiverem a expectativa de realização até dozes meses após a data das demonstrações contábeis.

Art. 12. Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

Art. 13. Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Art. 14. Segundo a lei 4.320/64, art. 105 o Balanço demonstrará:

I - Ativo Financeiro: compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários;

II - Ativo Permanente: bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa;

III - Passivo Financeiro: dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária;

IV - Passivo Permanente: dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate;

V - Saldo Patrimonial: saldo total patrimonial;

VI - Contas de Compensação: bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos itens acima e que, imediata ou indiretamente possa vir afetar o patrimônio.

Art. 15. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerão aos critérios a seguir evidenciados:

I - Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal feito a conversão, quando balanço; em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

II - Os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção.

III - Os bens de almoxarifado, pelo preço das compras.

IV - Como anexo ao Balanço Patrimonial, deverá ser elaborado demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício, sendo discriminado por fonte de recursos (art. 8º e 50 da Lei 101/2000).

Art. 16. A Demonstração das Variações Patrimoniais:

I - Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício;

II - As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido;



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



III - O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais ativas e passivas.

Subseção III

Dívida Pública Fundada

Art. 17. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos.

Art. 18. Deverá ser escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização de juros.

Subseção IV

Dívida Flutuante

Art. 19. É a dívida pública de curto prazo, cujo vencimento se dá no próprio exercício financeiro em que ocorreu a captação ou, no máximo, no prazo de doze meses.

Art. 20. A dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos em tesouraria.

Art. 21. No caso dos restos a pagar, são incluídos no conceito de dívida fluante apenas os processados. Os serviços da dívida a pagar, por sua vez, compreendem as parcelas de amortização e de juros da dívida fundada ou consolidada, nos montantes líquidos e certos nos termos contratuais.

Art. 22. Integram o grupo de depósitos as cauções ou garantias recebidas de terceiros, em dinheiro, nos processos licitatórios ou nos contratos de execução de obras, prestação de serviços ou fornecimento de material.

Art. 23. Os débitos de tesouraria consistem em dívidas provenientes de operações de crédito para a antecipação de receita orçamentária.

Subseção V

Das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Art. 24. A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transferência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

Art. 25. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

Art. 26. Estas demonstrações permitem aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Art. 27. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:


I - Das operações: compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

II - Dos investimentos: inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza;

III - Dos financiamentos: inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Art. 28. A demonstração dos fluxos de caixa deve ser elaborada para apresentação da PCA seguindo o modelo do STN.

Subseção VI **Balancete de Verificação**



Art. 29. É uma peça auxiliar que em decorrência da técnica contábil de escrituração pelo método das partidas dobradas, tem por objetivo oferecer informações que contribuirão para análise gerencial acerca da movimentação e dos saldos das contas utilizadas pelos sistemas contábeis.

Art. 30. O Balancete de Verificação integra a prestação de contas anual enviada para o TCEMT e compreende em:

I - Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentários, financeiro, patrimonial e de compensação, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final, impresso e assinado pelo gestor e pelo contabilista responsável;

II - Balancete da execução orçamentária da despesa, contendo os saldos acumulado até o mês de dezembro, demonstrado a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos e a fonte de recursos, detalhando:

- a) órgão/unidade orçamentária;
- b) função/subfunção
- c) programa;
- d) projeto/atividade;
- e) elemento de despesa.

Subseção VII
Demonstrativos dos Créditos Adicionais

Art. 31. Os demonstrativos dos créditos adicionais devem ser apresentados na prestação de contas anual enviadas para o TCEMT contendo informações sobre créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumento normativo, natureza do crédito, origem dos recursos, dotação suplementada, valor e dotação anulada.

Art. 32. Os demonstrativos dos créditos adicionais devem ser apresentados no formato exigido pela legislação vigente do TCEMT.

Subseção VIII
Demonstrativos Analíticos da Movimentação de Bens

Art. 33. No demonstrativo “Resumo do Inventário” serão evidenciados os valores registrados como saldo anterior, entradas, saídas e saldo final, por conta contábil, nos registros de controle do inventário (sistema próprio de controle de estoques) e os valores registrados como saldo anterior, entradas, saídas e saldo final, nos registros contábeis (sistema de contabilidade da Câmara Municipal de Brasnorte). Dessa forma, serão confrontados os saldos dos sistemas de controle de estoque (inventários) e do sistema contábil (balanço patrimonial).

Art. 34. No “Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens” serão detalhados os registros evidenciados na movimentação contábil demonstrada no demonstrativo “Resumo do Inventário”.

Subseção IX
Demonstrativo de “Restos a Pagar”

Art. 35. O demonstrativo de “restos a pagar” deverá evidenciar:

I - Os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e os restos a pagar inscritos no exercício sob análise, discriminados em: processados e não processados, por exercício, por credor, por fonte de recursos, por função e subfunção.

II - Os restos a pagar cancelados no exercício sob análise, discriminados em: processados e não-processados, por exercício, como credor, por fonte de recursos, por função e subfunção; bem como cópia dos respectivos atos que autorizam o cancelamento.

Subseção X
Resumo Anual da Folha de Pagamento e Demonstrativo das Despesas Liquidadas e Pagas das Contribuições Previdenciárias

Art. 36. O resumo anual da folha de pagamento deve ser apresentado contendo todas as rubricas utilizadas para pagamento de remunerações e demais verbas eventualmente pagas a servidores no decorrer do exercício. Deve ser informado também, nesse demonstrativo, os descontos

realizados a título de contribuições previdenciárias, imposto de renda, consignações, contribuições sindicais e demais rubricas relativas a descontos que tenham sido objeto de lançamento no exercício.

Art. 37. Quanto ao demonstrativo mensal das despesas liquidadas e efetivamente recolhidas a título de contribuições previdenciárias, deve-se evidenciar o montante das contribuições devidas pela Câmara Municipal de Brasnorte a título de retenção dos servidores, totalizando-se por mês as despesas liquidadas e as efetivamente pagas.

Seção II

Das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Art. 38. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além das informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis;

Art. 39. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis;

Art. 40. As notas explicativas devem evidenciar, ainda, o reconhecimento de inconformidades, provavelmente, relevantes para a avaliação de responsabilidades, que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações de crédito da Câmara Municipal no futuro. Essa evidenciação pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na Câmara Municipal, no futuro;

Art. 41. Poderão ainda incluir divulgações sobre os riscos e incertezas que afetem a Câmara Municipal e quaisquer recursos e/ou obrigações para os quais não exista obrigatoriedade de serem reconhecidos no balanço patrimonial.

Art. 42. As notas explicativas podem ser apresentadas tanto na forma descritiva como forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e a da situação financeira da Câmara Municipal. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de forma que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.



Seção III

Dos Balancetes Mensais

Art. 43. O Setor de Contábil elaborará até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do mês de referência, balancete mensal contendo as seguintes informações:

- I** - balancete financeiro;
- II** - balancete da receita extra orçamentária;
- III** - balancete da despesa orçamentária;
- IV** - balancete da despesa extra orçamentária.





CÂMARA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ESTADO DE MATO GROSSO



CAPÍTULO VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS


Art. 44. Os esclarecimentos a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto ao Setor de Contabilidade.

Art. 45. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem a fim de verificar a sua adequação à Legislação vigente bem como manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art. 46. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CONTROLADORIA INTERNA LEGISLATIVA, em BRASNORTE/MT, 30 de Dezembro de 2019.


Gilberto Marcelo Bazzan
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2019/2020


Mariângela Sagioratto
Controladora Interna do Poder Legislativo
Port. 637/2013